

## O Programa do Ensino Médio Inovador das escolas da microrregião de Tubarão, SC.

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é refletir sobre a implantação do Programa oficial do Ministério de Educação e Cultura para o Ensino Médio público no Brasil, na visão dos estudantes e dos professores. O Programa chamado de Ensino Médio Inovador, amplia a carga horária e desafia as escolas a inovarem seus currículos com estratégias voltadas a formação integral dos estudantes de 14 a 17 anos. A pesquisa, financiada pela CAPES por meio do Observatório da Educação-OBEDUC, tem como objetivo geral analisar a cultura escolar e a formação cidadão nas seis escolas estudadas. Para este artigo focou-se na análise de percepção dos professores e dos estudantes das séries iniciais do Ensino Médio sobre a implantação do Programa em seis escolas situadas em Municípios do Sul de Estado de Santa Catarina. Para essa pesquisa privilegiamos as entrevistas desses sujeitos. Notamos que as escolas apresentam realidades muito semelhantes, tanto no tempo de implementação da proposta como nos resultados até agora alcançados. A pesquisa considera o currículo como construção socio-histórica e, nesse sentido, parte do pressuposto que a participação é essencial para valorizar a cultura da comunidade escolar e ponto de partida para que ações inovadoras se efetivem.

**Palavras-chave:** ensino médio, cultura escolar, inovação curricular.

**Marcia Fernandes Rosa Neu**  
Universidade do Sul de Santa Catarina  
marcia.rosaneu@gmail.com

## 1. Introdução

O presente artigo tem por finalidade apresentar o projeto de pesquisa: As práticas cotidianas do Ensino Médio Inovador na rede pública estadual da microrregião de Tubarão, SC - a cultura escolar e a formação cidadã, que foi aprovado pelo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES – Brasil, no Programa Observatório de Educação. Em fase inicial de desenvolvimento, o projeto é realizada por pesquisadores da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, professores do Ensino Médio, estudantes de Programa *Stricto Sensu* e estudantes de graduação. Em Santa Catarina, a adesão ao Programa do Ensino Médio Inovador acontece de forma gradativa e espontânea.

O objetivo geral da pesquisa é investigar a cultura e a formação cidadã, discutindo as práticas cotidianas do Ensino Médio Inovador. Especificamente se propõe a: reconhecer o perfil dos professores, identificando sua cultura e a interferência no planejamento; conhecer a opinião dos pais e estudantes sobre o Programa Ensino Médio Inovador; analisar a percepção dos estudantes sobre a sua preparação para a atuação cidadã; analisar o papel das diferentes áreas do conhecimento na formação dos estudantes; identificar nos projetos pedagógicos das escolas a inovação articulada com a formação para a cidadania.

Estão envolvidos no projeto os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Ciências da Linguagem e Educação, os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, História, Letras e Geografia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul.

A população alvo da pesquisa são seis escolas situadas em quatro diferentes municípios do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. Estes municípios integram a microrregião estadual denominada Tubarão, nome de um dos Municípios e sede da Universidade do Sul de Santa Catarina. Nesta microrregião funcionam cerca de 30 escolas de ensino médio, mas apenas 6 escolas implantaram o Ensino Médio Inovador até 2013. Para 2014 a adesão se ampliou, em média mais 4 escolas aderiram ao ProEmi. As escolas serão estudadas por equipes formadas por dois estudante de doutorado, três de mestrado, seis de graduação e seis professores da Educação Básica, sendo um de cada escola estudada.

A partir dessa informações introdutórias, faremos um relato das conclusões alcançadas até o momento, embora ainda estejamos analisando mais dados e ampliando

as informações à luz de conceitos que contextualizam e justificam a elaboração do projeto de pesquisa e, por conseguinte, a elaboração deste artigo.

## 2. Ensino médio no Brasil

O Ensino Médio possui duas tradições conflitantes: a pré-universitária e a profissionalizante. Segundo Castro (1997) o ensino médio [...] é objeto de muitas versões. Alguns o querem único, outros pregam sua bifurcação em várias alternativas.

Tanta divergência resulta de que, na verdade, as tarefas pedidas a este nível de ensino são diferenciadas, e diferenciadas demais. Espera-se que o ensino secundário: (I) prepare cidadãos para viver em uma sociedade moderna; (II) prepare para a educação superior; (III) treine os alunos para o mercado de trabalho. [...] as duas últimas funções não têm uma convivência cômoda. Competem entre si, quando nada, pelo tempo requerido para dominar corretamente os respectivos conteúdos (CASTRO, 1997, p.2).

Segundo Franco e Novaes (2001), o Ensino Médio passou por sucessivas reformas visando romper a clássica dicotomia propedêutica/profissionalizante, o que remete a um problema a ser enfrentado, incluir o Ensino Médio de fato na Educação Básica. Porém, afirmam os autores, com reorganização da sua estrutura curricular (FRANCO E NOVAES, 2001, p. 2).

O ensino médio se estruturou como curso de estudos regulares somente em 1942 com o surgimento dos cursos colegiais divididos entre científico e o clássico profissionalizante, com duração de três anos. Toda a formação do ensino médio científico centrava-se no acesso ao ensino superior. Ainda segundo a autora, o médio profissionalizante, com maior demanda por força das condições econômicas do país, era considerado um curso menor, pois os concluintes dessa fase dificilmente almejavam o curso superior (ROCHA, 2010).

Já na década de 1980, considerada uma fase muito complexa para a história brasileira, tanto pela crise política como pela crise econômica, o Brasil foi convocado a fazer uma nova Constituição. Assim, em meio a diversas disputas, foram aprovados para a educação os artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, Constituição 1988).

ETAPA		DURAÇÃO	IDADE RECOMENDADA	ATENDIMENTO PODER PÚBLICO	
Educação Básica	Ensino Médio	3 anos	15 a 17 anos	Obrigatório a partir de 2017	
	Ensino Fundamental	Anos finais (6º ao 9º ano)	4 anos	11 a 14 anos	Obrigatório desde 1971
		Anos Iniciais (2º ao 5º)	4 anos	7 a 10 anos	Obrigatório a partir de 1934
		Anos Iniciais (1º ano)	1 ano	6 anos	Obrigatório a partir de 2011
	Infantil	Pré-Escola	2 anos	4 e 5 anos	Obrigatório a partir de 2017
Educação	Creche	Até 3 anos	0 a 3 anos	Responsabilidade do poder público	

**Quadro 1: Resumo da estrutura do atendimento escolar da creche ao ensino médio no Brasil, por etapa/nível, em 2010. GONÇALVES (2010, p. 38).**

A aprovação desses artigos da Constituição apontam novamente a necessidade de se elaborar outra LDB, a Lei 9.394 de 1996. Nela a Educação Básica é considerada obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos aos 17 anos de idade, sendo organizada em: Pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio (quadro 1).

O Ensino Médio brasileiro passou integrar a Educação Básica a partir de 1961, no entanto, os desafios ainda continuam. Um deles está posto para a manutenção dos jovens na Escola, numa fase que para a maioria das famílias de baixa renda, é possível contar com o auxílio dos filhos para a subsistência das famílias. Quando não é por esse motivo, os próprios jovens desejam ter sua renda a fim de garantir o consumo de ‘objetos de desejos’, forte característica do período técnico-científico-informacional<sup>1</sup> na qual vivemos.

<sup>1</sup> Milton Santos, no livro Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 187.

Esses desafios surgem como barreiras à melhoria dos indicadores educacionais brasileiros, que depois de 15 anos da implantação da LDB 9.394/1996 ainda há dificuldades consideráveis na melhoria dos indicadores do Ensino Médio brasileiro.

[...] Como ideal a ser atingido, a médio ou a longo prazo, a concepção de uma reorganização dos conteúdos gerais em áreas do conhecimento, com o objetivo de promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, configura-se como uma opção importante, seja para superar a tão criticada fragmentação do conhecimento, seja para imprimir ao ensino médio um caráter de orientação geral, articulado e contextualizado (FRANCO E NOVAES, 2001, p. 3).

Segundo as autoras (op. Cit. p.4), [...] “as experiências realizadas na rede pública, [...] na busca da interdisciplinaridade, são poucas e limitadas, necessitando, ainda, de avaliações mais rigorosas sobre seus resultados [...]”. Na implantação dessas orientações, as dificuldades são inúmeras, elas perpassam formação dos professores, apoio pedagógico na elaboração do planejamento, carga-horária excessiva de trabalho do professor, que limita seu tempo de estudo e reflexão sobre sua prática pedagógica.

A integração legal do Ensino Médio à Educação Básica não garantiu a superação dos desafios. Para Sampaio (2009), os avanços da educação brasileira nos últimos 10 anos são consideráveis, mas ainda é necessário avançar muito para que os jovens de 19 anos possam concluir a Educação Básica. Os dados brasileiros ainda apontam que apenas 38% dos jovens estão nessa condição, quando analisados regionalmente, os indicadores são mais graves, pois o Nordeste do Brasil possui um percentual de apenas 22%. As taxas de distorção idade-série do ensino médio ficam em torno de 46%, demonstrando que metade dos jovens tem idade superior a adequada por série no ensino médio. Essa análise demonstra sérios problemas de fracasso escolar, na qual os estudantes passam em média 10 anos na escola e não concluem nem mesmo o Ensino Fundamental. A taxa de repetência no Brasil, ainda segundo Sampaio (op. Cit. p.8) tem diminuído nos últimos anos, mas permanecem elevadas e acima dos índices registrados nos países com níveis de desenvolvimento equivalente ou até mesmo inferior ao nosso. O enfrentamento desses problemas só poderá ocorrer mediante a universalização do acesso ao ensino, pressupondo não só o acesso, mas a permanência, a progressão e a conclusão em idade

adequada, permitindo que um jovem de 18 anos tenha 11 anos de escolaridade. Quer seja para ingressar na Universidade, quer seja para fazer curso técnico ou para entrar no mercado de trabalho, mas com uma educação básica capaz de permitir decisões autônomas e adequadas a sua vida cidadã.

Segundo Gonçalves (2010) falar em universalização da educação no Brasil implica:

[...] I. garantir a efetiva inclusão de um conjunto de indivíduos que estão contemplados na legislação atual – preconizada na obrigatoriedade de oferta para a faixa etária entre 4 e 17 anos – mas ainda se encontram fora da escola, tais como os jovens aptos ao ensino médio. II. garantir a inclusão de jovens e adultos que não receberam a formação escolar adequada na idade legal e todos que necessitam se qualificar devidamente para o mercado de trabalho; III. incluir um conjunto de sujeitos de outras faixas etárias que não estão contempladas no atual desenho legal, em particular as crianças de 0 a 3 anos e os adultos e os (futuros e presentes) idosos; IV. ampliar o tempo de exposição à educação escolar, tanto do ponto de vista longitudinal, garantindo a permanência por mais anos de estudo, quanto no cotidiano, aumentando a carga horária de permanência na escola, no sentido da oferta do horário integral; V. assegurar atenção especial a grupos específicos, tais como os indivíduos com necessidades especiais, os indígenas, a população carcerária etc.; VI. garantir que o estudante conclua o percurso educacional adquirindo os conhecimentos fundamentais exigidos pela instituição escolar [...]. (GONÇALVES, 2010, 30).

O momento atual da educação brasileira demonstra melhorias substanciais no atendimento às crianças e jovens no que concerne ao acesso à escola, mas ainda persistem os problemas relacionados à sua permanência e atendimento da aprendizagem para a formação integral, sendo que a maior defasagem está no Ensino Médio. Como uma das formas para enfrentar o problema foi criado pela Portaria nº. 971, de 09/10/2009 do Ministério da Educação e Cultura o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI).

### 3. Ensino médio inovador - ProEMI

O Programa Ensino Médio Inovador é uma proposta do MEC para ser implantado nos termos do artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, como experimental e em regime de colaboração, sobretudo com os Estados responsáveis prioritários para atuar nessa etapa de ensino. Trata-se de um programa de apoio para fomentar inovações

pedagógicas na organização curricular do Ensino Médio com o objetivo de melhoria da qualidade sinalizando para os seguintes impactos e transformações:

Superação das desigualdades de oportunidades educacionais; - Universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio; - Consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos; - Oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e priorização da interlocução com as culturas juvenis. PARECER CNE/CP Nº: 11/2009

O programa pretende estabelecer mudanças significativas na organização curricular pressupondo perspectivas de articulação interdisciplinar, disciplinas articuladas com atividades integradoras entre os eixos constituintes do Ensino Médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura vislumbrando uma nova escola nessa etapa da Educação Básica. Considera que, além de novas propostas o avanço qualitativo dependerá “do compromisso político e da competência técnica dos professores, do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico.” Ressalta, “ninguém mais do que a própria comunidade escolar conhece a sua realidade e, portanto, está mais habilitada para tomar decisões a respeito do currículo que vai, efetivamente, ser praticado”. Ao Governo Federal cabe a responsabilidade de criar as condições materiais e o aporte conceitual que permitam as mudanças necessárias.

O Programa Ensino Médio Inovador propõe que as escolas construam seus percursos formativos de forma coletiva respaldados nas teorias educacionais, na legislação e diretrizes em vigor e nas orientações metodológicas estabelecidas pelo programa. A expectativa do Programa é que o projeto político-pedagógico de cada escola possa:

Contemplar atividades integradoras de iniciação científica e no campo artístico-cultural; Incorporar nas práticas didáticas, como princípio educativo, a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo; Promover a aprendizagem criativa como processo de sistematização dos conhecimentos elaborados, como caminho pedagógico de superação da mera memorização; Promover a valorização da leitura em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de



letramento dos alunos; Fomentar o comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos deveres e direitos da cidadania, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade; Articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais; Utilizar novas mídias e tecnologias educacionais, como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem; Estimular a capacidade de aprender do aluno, desenvolvendo o autodidatismo e autonomia dos estudantes; Promover atividades sociais que estimulem o convívio humano e interativo do mundo dos jovens; Promover a integração com o mundo do trabalho por meio de estágios direcionados para os estudantes do Ensino Médio; Organizar os tempos e os espaços com ações efetivas de interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos; Garantir o acompanhamento da vida escolar dos estudantes, desde o diagnóstico preliminar, acompanhamento do desempenho e integração com a família; Ofertar atividades complementares e de reforço da aprendizagem, como meio para elevação das bases para que o aluno tenha sucesso em seus estudos. Ofertar atividades de estudo com utilização de novas tecnologias de comunicação e informação; Avaliar a aprendizagem como processo formativo e permanente de reconhecimento de saberes, competências, habilidades e atitudes  
PARECER CNE/CP Nº: 11/2009.

O Parecer 11/ 2009 reforça que, para a construção dos projetos, as escolas devem seguir um referencial de proposições curriculares e condições básicas, quais sejam: mínimo de 3.000 (três mil) horas de carga horária; a leitura como base de todas as disciplinas; estímulo às atividades teórico-práticas; fomento de atividades de artes; mínimo de 20% da carga horária total do curso em atividades e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes; atividade docente em tempo integral na escola; Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar e organização curricular articulada com os exames do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Médio.

A adesão ao Programa é voluntária, mediante Termo de Cooperação Técnica e elaboração de um Plano de Ação Pedagógica (PAP) contendo os projetos inovadores das escolas participantes. Para o MEC, o sentido da proposta Ensino Médio Inovador se expressa na citação.

“inventar é criar, engendrar, descobrir. inovar é tornar novo, renovar, introduzir novidade em. A invenção tende a ser ruptura, mas a inovação reside no fato de ter compromisso de buscar o foco nas boas ideias



existentes, e, especialmente, no fato de que não há mal algum em tomar emprestada uma ideia que já exista. A virtude da inovação está em enquadrar essas ideias às necessidades por meio de: adaptação, substituição, combinação, ampliação ou redução, outras utilizações, eliminação, reversão ou trazer de volta” (GABRIEL apud PARECER CNE/CP N°: 11/2009).

Este conceito procura deixar claro que o Programa Ensino Médio Inovador não muda a concepção legal de Ensino Médio em vigor no Brasil. O que está sendo proposto é um programa experimental de inovações pedagógicas com apoio técnico e financeiro para ampliar a participação da comunidade escolar. A formação para o exercício da cidadania permanece como função dominante do Ensino Médio, que é a etapa final e de consolidação da Educação Básica. É mais do que simples preparação para ingresso na Educação Superior, embora este caráter propedêutico não possa e não deva ser ignorado para não frustrar a justa pretensão de acesso a todos os alunos da escola pública.

O Programa proposto é, essencialmente, um incentivo à inovação pedagógica e pretende fomentar um novo paradigma educacional por meio do debate sobre o Ensino Médio junto aos sistemas de ensino estaduais, fomentar propostas curriculares inovadoras e disponibilizar apoio técnico e financeiro para disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea. As escolas devem primar pela: superação das desigualdades de oportunidades educacionais, universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio; consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos, oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e priorização da interlocução com as culturas juvenis (CNE 11/2009, p. 3).

Em suma, a proposta preconiza um currículo inovador, planejado para atender as reais necessidades das unidades escolares, com foco na promoção de melhorias significativas para a aprendizagem do estudante, reconhecendo as especificidades regionais e as concepções curriculares implementadas pelas redes de ensino (BRASIL, 2011). Todavia, voltando ao foco da pesquisa organizada e aqui apresentada, é sabido que a cultura interfere tanto na implantação de políticas públicas como nas escolhas curriculares regionais, principalmente, a cultura escolar, como uma especificidade da cultura, que precisa ser levada em consideração quando a questão é a inovação.

Thurler (2001) discute a forma como a cultura embasa o funcionamento escolar como ação coletiva e organizada. Aparentemente carregados de cultura individual, a cultura coletiva se expressa em um sistema de ações coletivas (TRURLER, p. 102). Nesse sentido, afirma a autora,

[...] não basta que um estabelecimento escolar tenha uma cultura favorável a mudança para que essa abertura seja sistematicamente transformada em mudanças efetivas e duráveis. Os estabelecimentos inovadores são não apenas os cuja cultura dá uma “oportunidade de mudança”, mas aqueles cuja mudança é fonte de identidade, fator de coesão, motor, modo de vida (TRURLER, 2001, p. 102).

A cultura precisa ser compreendida e identificada nas práticas cotidianas e na implementação de uma proposta de currículo inovador com perspectivas teórico-metodológicas originais. Segundo Silva (2009, apud Faria Filho), as escolas fracassam na implementação de políticas educacionais pelo distanciamento entre o planejamento e a cultura da escola.

Thurler (2001) classificou *a priori* cinco tipos de escolas, utilizando a análise da cultura escolar e a prontidão para a mudança. Segundo a autora, as escolas podem ser “**estabelecimentos em movimento**”, onde há uma cultura de cooperação profissional de alto nível, voltada para a regulação constante e para o desenvolvimento da qualidade. Os “**estabelecimentos em viagem de cruzeiro**” são as boas escolas de antigamente, presas a valores tradicionais e pouco voltadas para as necessidades de formação do futuro estão em áreas com poder aquisitivo mais elevado. Outros são os “**estabelecimentos em passeio**” estão mais ou menos voltadas para a mudança, mas com objetivos mal definidos e contraditórios, anulam os esforços de mudança. Tem um ritmo de trabalho que anulam qualquer tentativa de mudança. Essas escolas só terão mudanças com alteração na equipe pedagógica e gestora (THURLER, 2001, p.100).

Há também, segundo a autora, os “**estabelecimentos em pleno combate**” nestes há consciência da sua ineficiência, no entanto, fazem grande esforço para melhorar, mas perdem muito tempo e energia tentando entrar em acordo sobre seus objetivos e para definir estratégias comuns. Esses estabelecimentos, segundo a autora, são os mais adequados para a mudança, principalmente pela consciência da sua ineficácia. Por fim, os

“**estabelecimentos afundando**” são os que estão fracassando. Eles são incapazes de mudar, seja por incompetência ou por apatia. Essas escolas ficam fechadas nelas mesmas, procurando um culpado para sua “falta de fé [...] e tudo aquilo que impede a mudança. Muitos desses estabelecimentos estão localizados em áreas pobres. Só haverá mudança com forte intervenção externa e mudança gradativa por professores competentes e comprometidos com a mudança” (THURLER, 2001, p.101). Estas classificações são reflexões da autora para ilustrar e compreender a cultura escolar, mas na maior parte das vezes as instituições oscilam entre uma ou outra (THURLER, 2001, p.100).

As escolas em condições diferentes constroem novos paradigmas educacionais e não necessariamente as que apresentam os melhores resultados estão entre as mais bem equipadas. O que as distingue é a sintonia entre professores, alunos e sua comunidade, a atenção solidária dada aos diferentes estudantes, com aspirações distintas, que vão desde “a orientação profissional para alguns, o preparo pré-universitário para outros, e a realização cultural e social, feita no próprio convívio escolar, e não adiada para um futuro distante” (BRASIL, 2000, p. 9). Nessa direção, as diferentes áreas do conhecimento precisam discutir temáticas essenciais para o desenvolvimento social e comunitário com processos pedagógicos envolventes e significativos.

A formação para a cidadania aparece com destaque pela primeira vez nos documentos oficiais brasileiros a partir da década de 1990. A educação não pode ser vista apenas como um direito, mas como condição para o exercício da cidadania, o que supõe participação e interação no cenário em que se inserem as propostas educacionais, uma vez que o sistema e as políticas públicas têm papel ativo frente à cultura e ao desenvolvimento humano (ASSUNPÇÃO, 2006, p. 2).

Sampaio (2009) reflete que o “desencanto dos jovens com a escola e sua exclusão precoce do sistema educacional está na raiz dos problemas sociais que alguns setores querem solucionar por meio de medidas repressivas e punitivas”. Assim, para solucionarmos os problemas brasileiros, precisamos criar condições de permitir que os jovens voltem a sonhar com um futuro melhor, por meio de melhores condições educacionais.

O ProEMI, foi criado em 2009, mediante portaria no. 971 como forma de fomentar as “propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, disponibilizando para isso, apoio técnico e financeiro, para disseminar uma cultura curricular dinâmica, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea”. (ProEMI, 2012-2013). A partir dessas reflexões, procuramos dar vez aos professores, para que se manifestassem sobre a implantação do Programa na sua Unidade Escolar.

#### 4. Implantação do ProEMI nas escolas da microrregião de Tubarão SC na visão dos professores e dos estudantes

A implantação do ProEMI nas escolas da Microrregião de Tubarão SC teve seu início em 2011, a exceção de uma escola que foi em 2013. As escolas que atuavam exclusivamente no ensino médio e apresentaram melhor infraestrutura foram as primeiras a serem convidadas pela Secretaria de Educação – SED e pela Gerência de Educação - GERED. No entanto, todas elas tinham deficiência na sua estrutura, principalmente para atender os estudantes com ampliação da carga horária, afirmativa reforçada na fala dos professores, que apontaram necessidade de ambientes de convivência, de refeitórios, laboratórios, de sala para artes, de teatro, entre outros.

Para tentar conhecer melhor o ProEmi nas escolas, procuramos entrevistar os professores e os estudantes. No caso dos professores, aproveitamos as reuniões de planejamento, que acontecem uma vez por semana<sup>2</sup>, e aplicamos o questionário aos presentes, atingindo, dessa forma, mais de 90% dos professores envolvidos (com 60 entrevistados).

O foco da pesquisa estava centrado sobre como os professores se sentem sobre a sua preparação para atuar no ProEMI. Para a maioria dos entrevistados se sentem mal preparados para o desafio de atuar no Programa. Por isso, durante as entrevistas, os professores, relacionaram a sua necessidade de preparação e reclamaram o pouco envolvimento da comunidade escolar<sup>3</sup>, em alguns casos, apoio pedagógico, direção e pais

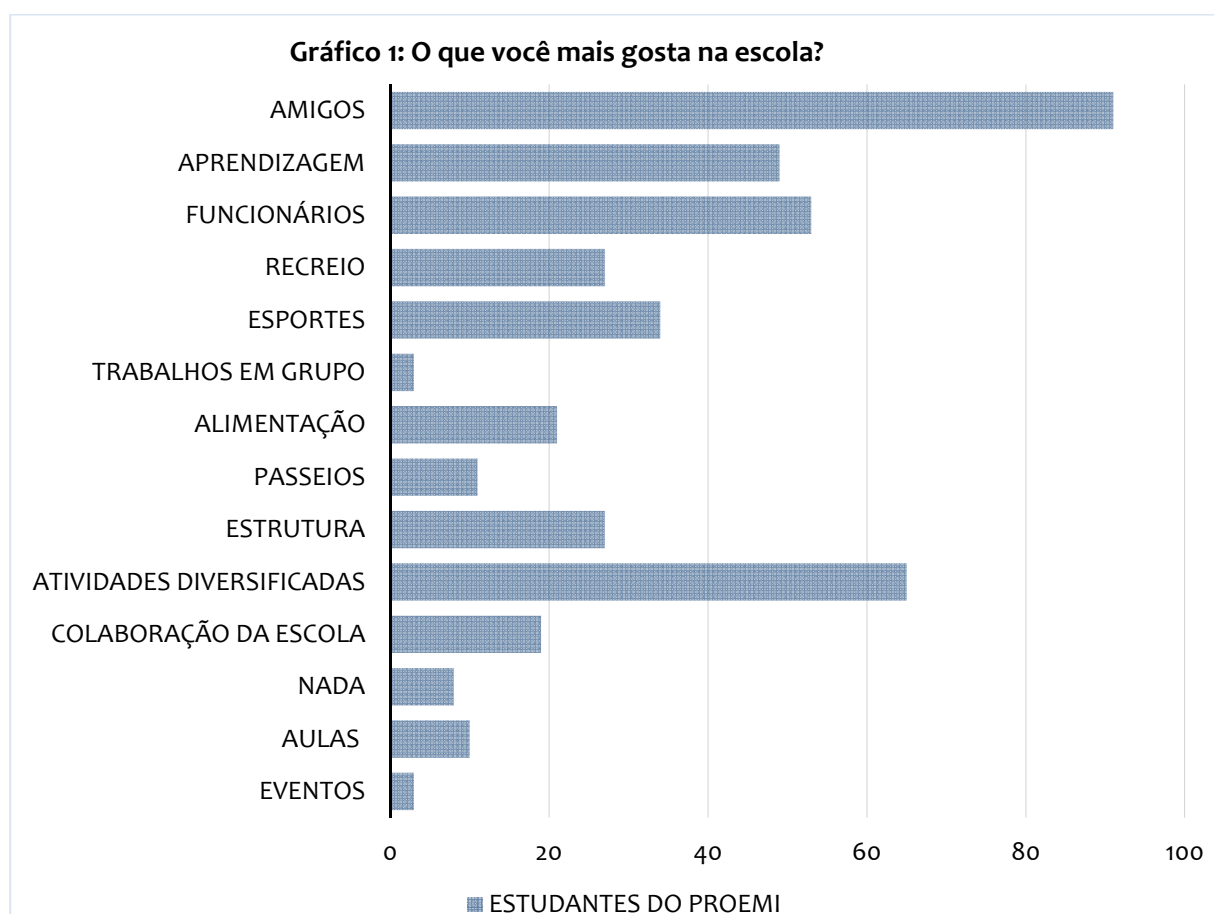
---

<sup>2</sup> As reuniões de planejamento estão inseridas nas carga-horária semana do professor e tem dia e hora determinada pela Secretaria de Educação.

<sup>3</sup> Por Comunidade Escolar, entende-se pais, demais professores da escola, apoio pedagógico e a até a

com a implantação do Programa. Esses desafios, na opinião dos professores, podem colocar em risco a proposta, já que segundo o Documento Orientador do ProEMI o redesenho curricular, precisa estar em “[...] Consonância com as ações do Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar” (ProEMI, 2013, p.13) como fatores fundamentais para o planejamento. A ausência da participação da Comunidade Escolar pode comprometer efetivamente o sucesso do Programa.

Para os estudantes, os questionários com questões abertas foram entregues durante as aulas pelo professor bolsista do Obeduc. Por esse motivo, também atingimos todos os estudantes que foram para a aula no dia da pesquisa (novembro ou dezembro de 2013). A média permaneceu em:

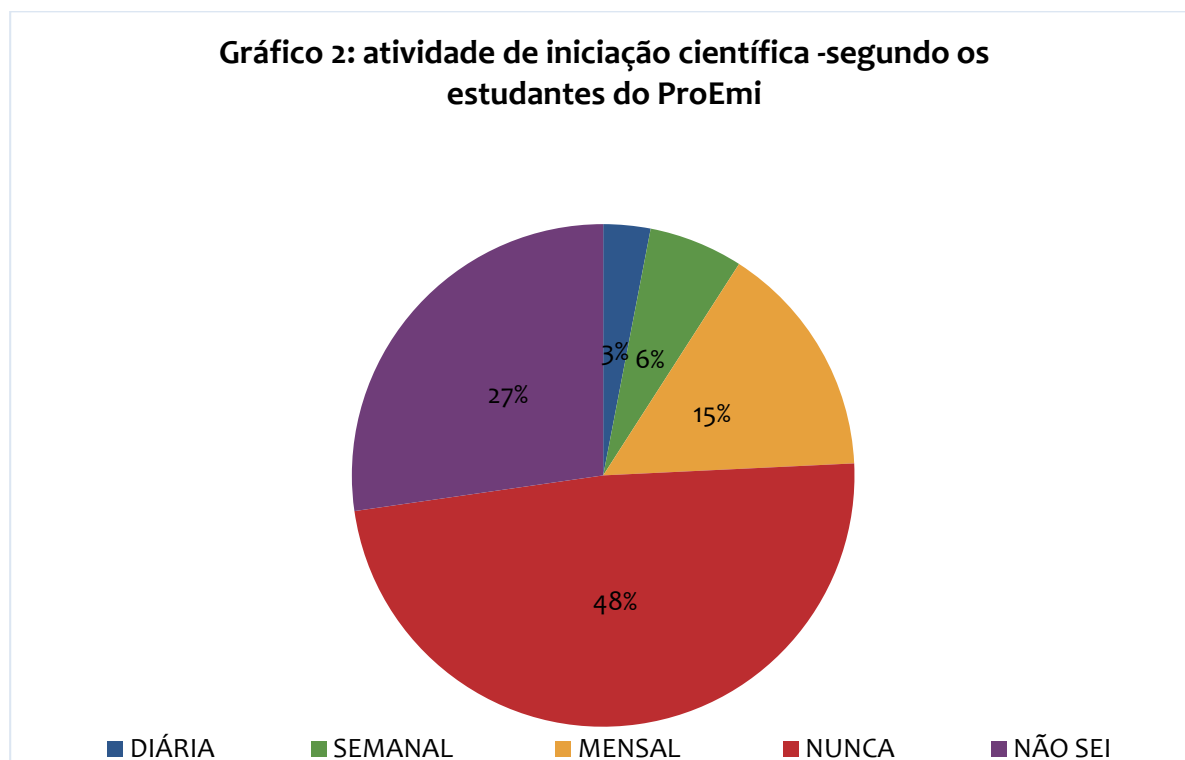


95% dos estudantes, ou seja, 238 jovens que vivem o cotidiano do Ensino Médio Inovador, com idade média de 14, 15 e 16 anos. No entanto, 4,6% desses jovens tem 18 anos e trabalham em gestão escolar.

anos, o que mostra o desvio idade/série bem menor que a média nacional de 54% (IBGE, 2012).

Fonte: pesquisa de campo, obeduc/unisul, 2013/2014

**Gráfico 2: atividade de iniciação científica -segundo os estudantes do ProEmi**



Quando questionados sobre o que mais gostam na escola (gráfico 1), a grande maioria apontou os amigos em primeiro lugar, seguido por atividades diversificadas, os funcionários da escolas e a aprendizagem. Percebemos o quanto para os jovens é fundamental a socialização, fazer amigos. Para nós professores, compreender o mundo da juventude é um desafio. Pouco adianta o fato de já termos passado por essa fase. O mundo é outro, as circunstâncias são diferentes. Por outro lado, quando questionados sobre o que não gostam na escola, aparece na maioria das resposta a estrutura da escola, a alimentação e o tipo de aulas.

Fonte: pesquisa de campo, OBEDUC/UNISUL, 2013/2014

A iniciação científica é apontada nos documentos oficiais como fundamental para o processo de aprendizagem dos jovens. No entanto, quando questionados sobre esse

processo de ensino e aprendizagem, 48% dos jovens responderam que nunca houve iniciação científica e 27% afirmaram não saber, ou seja, para 75% dos estudantes a iniciação científica lhe é desconhecida. Podemos indagar se os professores fazem iniciação científica sem qualificá-la ou realmente não a fazem. Entretanto, quando os estudantes foram questionados sobre o que não gostam na escola, responderam não gostar do tipo de aula. Relacionar essa informação juntamente com a preocupação dos professores sobre a sua preparação para as aulas do inovador, constatamos que a maioria das aulas ainda permanece centralizadas no professor. Associado a isso, aparece a crítica dos jovens a alimentação e a falta de estrutura das escolas. Não ter bibliotecas, laboratórios (incluindo de informática) dificulta atividades investigativas e para algumas áreas até inviabiliza. Investigar aonde? Utilizando somente o livro didático? A criatividade do professor tem que ser muito grande, associado a tempo de preparação de aula, mas principalmente a preparação para fazê-lo. Os professores tem horas de planejamento, mas dificuldade para realizar atividades investigativas, até porque toda a sua formação estava centrada em outra premissa.

Apesar dos desafios, a proposta é inovadora, principalmente porque permite a diversificação do currículo escolar, com aulas relacionadas à atividades culturais, esporte e empreendedorismo, entre outros. Além disso, houve ampliação de carga-horária de alguns componentes curriculares. Entretanto, nada recebeu tanto destaque dos professores quanto a disponibilidade de tempo para planejamento. Esse tempo, permite realizar a interdisciplinaridade ou tentar gerar projetos de aprendizagem interdisciplinares e preparar atividades formativas significativas para os estudantes, iniciando dessa forma, atividades de iniciação de iniciação científica.

O trabalho docente, na maioria das vezes é visto como um trabalho solitário, no entanto, para o bom desempenho do processo de ensino e de aprendizagem, deve haver integração entre o corpo docente. O rompimento deste paradigma exige muito esforço e investimento. Perrenoud (2002) se refere a resistência dos professores no trabalho colaborativo, pois a cultura do individualismo pedagógico predomina. Nesse sentido, o



plano de carreira de Santa Catarina prevê a hora atividade<sup>4</sup>, mas raramente ela foi cumprida na Escola. Com a implantação do ProEMI as horas de planejamento são novamente obrigatórias e devem acontecer no ambiente escolar.

Apesar das dificuldades iniciais para este tipo de mudança cultural, os professores puderam desenvolver diversas estratégias e atividades formativas interdisciplinares, tornando, dessa forma, o currículo realmente inovador. Essa premissa do ProEMI tem uma grande repercussão no desempenho escolar dos estudantes, provavelmente o que causou maior impacto, pois associado ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, permite o planejamento e a realização experiências e vivências pedagógicas significativas. Essa mudança gera mais protagonismo da escola, que reconhece e identifica as potencialidades de aprendizagem, relacionados a realidade a qual está inserida.

## 5. Conclusões

O Brasil, através dos órgãos oficiais da educação, na perspectiva declarada de acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas do mundo e elevar o desenvolvimento humano, empenha-se em promover reformas dos currículos educacionais que superem as desvantagens de escolarização nos aspectos quantitativos e qualitativos.

A proposta traz a ampliação da carga horária de dedicação de alunos e professores como estratégias de fomentar práticas inovadoras e a disseminar um currículo dinâmico e flexível com o devido apoio técnico e financeiro.

As pesquisas apontam, de forma preliminar, algumas dificuldades na implantação do ensino médio inovador. As escolas não receberam qualquer tipo de adaptação estrutural para a realização de atividades de aula, com ampliação de carga horária. Na maioria dos casos, os professores também não tiveram formação continuada para o novo

---

<sup>4</sup> Hora atividade - refere-se a hora paga e não trabalhada em sala de aula – por exemplo, para 40 horas semanais, o professor trabalhava 32 horas, 8 horas eram destinadas as horas de planejamento. A prática atual estimula os professores a preencher a carga-horária com aula excedente, com acréscimo atraente ao salário. Essa ação da Secretaria de Educação provocou o desmonte de uma conquista importante, mas pouco cobrada pelos gestores indicados politicamente pelos governos locais, já que os professores cumpriam esta carga horária em casa e não permitia o planejamento das aulas, o atendimento dos pais ou outra atividade pedagógica estratégica.

currículo do Ensino Médio Inovador. Além disso, o corpo técnico-pedagógico não participa das atividades da escola.

Para todos os professores a grande vantagem do Ensino Médio Inovador tem sido as horas de planejamento dos professores e a autonomia financeira das Escolas, que conseguem realizar saídas de campo e outras atividades pedagógicas inovadoras sob o ponto de vista do que se praticava até então nas demais turmas da escola. No entanto, pelos desafios que se tem para o Ensino Médio e pela proposta do Parecer 11/2009 esse avanço ainda é incipiente, é preciso a busca da formação integral do estudante e a profissionalização do fazer pedagógico, com reflexões diárias sobre a prática tanto dos professores, como dos gestores, que na maioria da vezes transfere a responsabilidade para outras esferas, não que estas não a tenham, mas é necessário que cada um assuma o seu papel, sem culpabilizar um em particular. Atuar em equipe, buscar parceria e romper velhos paradigmas exige cultura escolar favorável para a mudança, como Thuler percebeu, os estabelecimentos em movimento.

## 6. Referencial

BAUMAM, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL(1). Ministério de Educação e Cultura. Portaria nº. 971, de 09/10/2009

BRASIL(3). Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI). 2009.

BRASIL(4). PARECER CNE/CP Nº: 11/2009

CASTRO, Claudio de Moura. O secundário esquecido em um desvão do ensino. Série Documental. Textos para discussão. INEP, n. 2, ano 1997.

CURY, C.J. O ensino médio no Brasil: Histórico e Perspectivas.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Inovação, mudança e cultura docente, Brasília: Liber Livro, 2006.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. NOVAES, Gláucia Torres Franco. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. Cadernos de Pesquisa, no 112, pp.116-128, março/ 2001.

GADOTTI, Moacir. Educação integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

PERRENOUD, Philippe (2002). Aprender a negociar a mudança em educação. Novas estratégias de inovação. Coleção em foco. Porto: Edições ASA.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SILVA, Monica Ribeiro. Reformas educacionais e cultura escolar: a apropriação dos dispositivos normativos pelas escolas. Cadernos de Educação. FAE/PPGE UFPEL. Pelotas (32) 123-139. Janeiro/abril, 2009.

THURLER, Mônica Gather. Inovar no interior da escola, Porto Alegre, Artmed, 2001.

## Anexo i



**PROJETO DE PESQUISA: AS PRÁTICAS COTIDIANAS DO ENSINO MÉDIO INOVADOR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO SC: a cultura escolar e a formação cidadã.**

**Instrumento diagnóstico inicial: Professor bolsista**

- 1) Como aconteceu a implantação do EMI em sua escola.
- 2) Relacione, a partir do seu ponto de vista, os principais desafios enfrentados na implantação do EMI.
- 3) E os sucessos, quais você elencaria.
- 4) No contexto atual, o que você considera ser uma referencia nas Escolas de Ensino Médio na perspectiva inovadora?
- 5) Apesar de recente, com a implantação do EMI, o que já poderia ser caracterizado como mudança e inovação na sua escola?